

O AGLOMERADO URBANO DE GONDOMAR, ÁREAS DE EXPANSÃO PREFERENCIAL

HELDER T. G. MARQUES/LUÍS P. S. MARTINS/JOSÉ A. V. R. FERNANDES

INTRODUÇÃO

Procuramos neste estudo (1) realizar uma análise da situação de uma área restrita da freguesia de S. Cosme de Gondomar, que designamos por aglomerado urbano de Gondomar, sob os vários aspectos que nos parecem pertinentes à implementação duma acção de urbanismo, avançando na parte final com propostas concretas de linhas de orientação no planeamento do aglomerado.

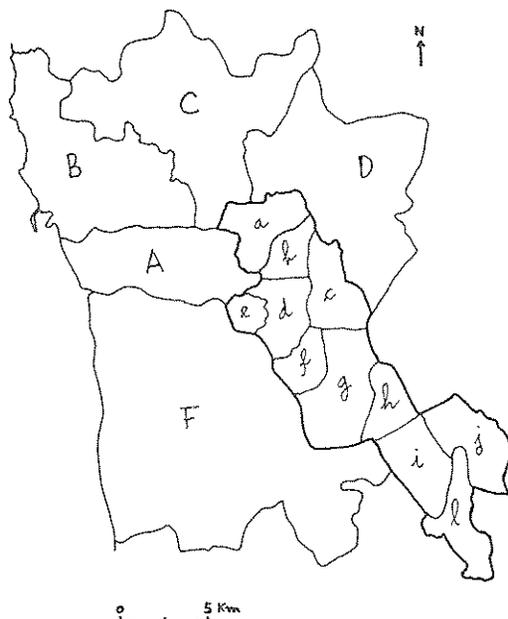
À laia de introdução e antes de uma abordagem de ordem metodológica, umas breves palavras sobre o enquadramento físico e humano de Gondomar.

Sob o primeiro aspecto, trata-se de uma área marcada por dois importantes acidentes topográficos: as Serras de Valongo e o vale do Douro. A «... existência de relevos de dureza: as conhecidas Serras quartzíticas, normalmente chamadas de Valongo, que, com orientação geral aproximada de NW-SE, originando formas rígidas, importantes no contexto pela atitude e pela abruptuosidade, se estendem da vila do mesmo nome ao rio Douro e se prolongam até às proximidades de Castro Daire» (2) condicionaram a fixação humana. Se o vale do Douro em contrapartida favoreceu a implantação humana e a penetração para o interior, funcionou e funciona contudo, tal como as serras, como séria barreira ao movimento de pessoas e bens.

Gondomar é um dos concelhos limítrofes do Porto e a este está profundamente ligado. Deve muito do seu dinamismo sócio-económico à atracção que nas últimas décadas tem exercido, por força da sua proximidade, em termos de tempo e custo, dum grande centro de emprego, bem como a um certo tipo de repulsão do concelho do Porto e ainda aos problemas que derivam directamente dos elevados custos do solo cidadão.

Núcleo predominantemente rural no início do século, Gondomar, cedo vê criadas estruturas de apoio a uma população crescente, desenvolvendo-se num contraponto entre as vantagens e desvantagens da proximidade do burgo portuense já que, se por um lado a proximidade beneficia as actividades agrícolas e industriais e fixa uma população com migrações diárias, um certo afastamento permitiu o desenvolvimento da actividade terciária que tem forçosamente que ser entendida também em função de uma área de influência que se estende pelo concelho, muito principalmente pelas freguesias mais distantes do Porto e simultaneamente menos desenvolvidas economicamente.

Após a eleição de Gondomar como núcleo urbano a estudar, houve antes de mais que proceder à sempre ingrata tarefa de delimitar o espaço concreto e espacialmente definido sobre o qual incidiria a análise a desenvolver. A observação da Carta Militar de Portugal (1: 25.000) e no pormenor a Carta Aerofotogramétrica (1: 5.000) de 1978 permitiu-nos constatar uma mancha densamente construída passível de limitação (3). A identificação de casas agrícolas situadas nos grandes espaços livres



MAPA I: Divisão Administrativa

Concelhos:

- A — Porto
 B — Matosinhos
 C — Maia
 D — Valongo
 E — Gondomar
 F — Vila Nova de Gaia

Freguesias do Concelho de Gondomar:

- a — Rio Tinto
 b — Fânzeres
 c — S. Pedro da Cova
 d — Gondomar
 e — Valbom
 f — Jovim
 g — Foz do Sousa
 h — Covelo
 i — Meda
 j — Melros
 l — Lomba

que envolvem o que passamos a designar por aglomerado urbano de Gondomar, apoiou e simultaneamente auxiliou na tarefa de delimitação, tendo mesmo sido determinante no traçar da linha (sempre falível e fortemente criticável) que divide no que podemos designar por continuum edificado, o que entendemos por circunscrito e o que consideramos «alheio» à aglomeração (sector ocidental, rua Novais da Cunha, na ligação Gondomar — Valbom — Porto).

O nosso esforço fundamental vai para aproximação ao diagnóstico da situação. A primeira parte contempla a demografia, a segunda dedicámo-la à caracterização da mancha construída e das actividades económicas (agricultura, indústria, comércio e serviços) na esteira da Máxima da Carta de Atenas.

O suporte documental de primordial importância foi um levantamento funcional pré-existente (por nós o mais criteriosamente possível actualizado e corrigido) do qual, após o devido aproveitamento, partimos para a elaboração das cartas que apresentamos em anexo (4).

São diversos os factores que se imbricam no fenómeno urbanismo, divergente é quantas vezes a acção dos principais actores (proprietários fundiários, empresas de construção civil, poderes públicos, etc.) que não raro acabam por representar papéis pouco consentâneos com aquilo que hoje, vulgarmente, se designa por interesse público. É, justamente, por pretender trilhar esse rumo que apresentamos como epílogo uma aproximação à definição de áreas de expansão preferencial.

Não nos foi possível, nesta última parte, chegar ao pormenor que desejávamos. Para isso seria necessário explorar exaustivamente cada um dos parâmetros de per si e nas suas inter-relações.

Temos plena consciência de que a nós, enquanto geógrafos, não nos competirá abarcar o universo, até porque o processo de planeamento abrange áreas específicas de outras «sensibilidades científicas».

Transparece, inevitavelmente, neste trabalho a formação (e deformação) dos seus autores, que optaram por desenvolver alguns campos em detrimento de outros.



MAPA 2: Delimitação proposta para o aglomerado urbano.

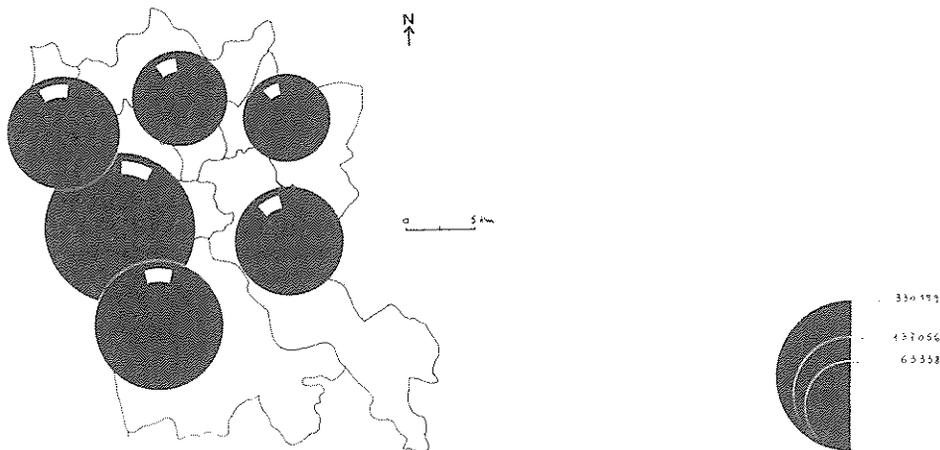
I. — DEMOGRAFIA

Evolução concelhia

Uma abordagem à evolução demográfica do concelho de Gondomar seria ilógica se não realizada como parte integrante da Cidade e Conurbação do Porto, definida esta, sem excessivas preocupações de rigor, pelos limites administrativos dos concelhos que confinam com o Porto (Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e V. N. Gaia — fig. 1).

Apesar de se tratar, genericamente, de uma densa área urbanizada, verificam-se contudo acentuados contrastes nos concelhos envolventes do Porto, nomeadamente no que respeita às variações espaciais da densidade populacional, entre as áreas limítrofes e as marginais (5).

Fig. 1 — Distribuição da população presente por concelhos na conurbação do Porto em 1981

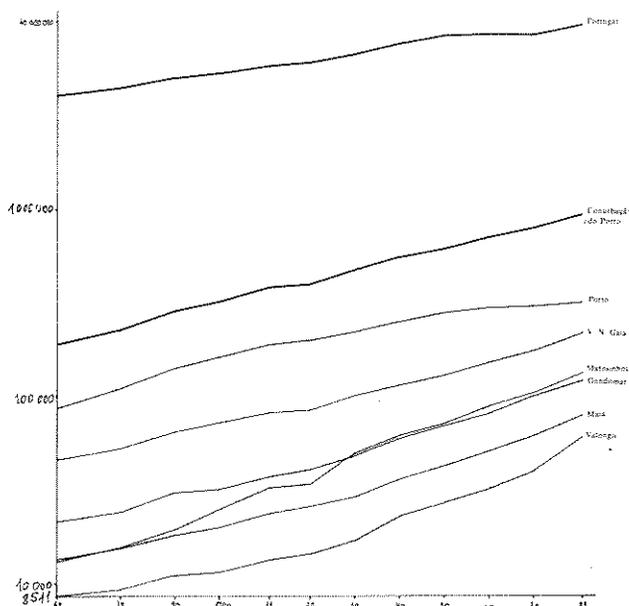


A observação de uma carta de isócronas evidenciaria, estamos certos, uma forte correlação entre os valores de maior acessibilidade relativamente ao Porto e os de densidade populacional mais elevados, mostrando tal facto a importância desempenhada pelos principais «canais» de rodo-ferroviária como linhas preferenciais de expansão.

Maugrado os contrastes evidenciados não queremos deixar de apresentar alguns dos aspectos mais significativos da evolução populacional da conurbação do Porto, dos concelhos que a constituem, traçando o paralelismo com o País tal como mostra a fig. 2.

O crescimento global entre 1864 e 1950 saldou-se a nível do País, pela

Fig. 2 — Evolução da população no país e conurbação do Porto e concelhos da conurbação



duplicação (103%); na conurbação, o valor atingido foi de 325% o que comprova o carácter fortemente atractivo da área. Gondomar apresenta um acréscimo próximo do verificado para a conurbação (326%).

A partir de 1950 devem ser salientados dois tipos de comportamento: por um lado a estagnação do concelho do Porto, por outro o forte crescimento verificado nos restantes concelhos da conurbação. Assim, enquanto o do Porto cresceu tão somente 17,3%, os restantes da conurbação apresentaram um saldo de 81% o que para o conjunto corresponde a 52%.

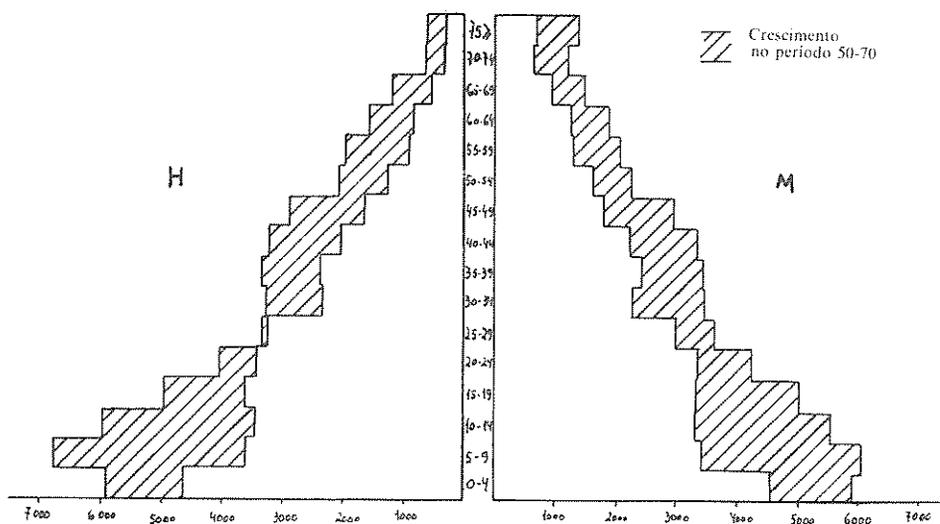
A evolução da população do concelho de Gondomar traduz as principais vicissitudes da história demográfica de Portugal. A única marca ausente é a que corresponde ao surto de emigração da década de 60-70, já que o contingente migratório terá sido largamente compensado pelos migrantes atraídos (êxodo rural).

As percentagens de crescimento encontradas para os dois últimos decénios de forma alguma são alheias à expansão da cidade e conurbação do Porto, resultante de uma intensa dinâmica interna, mas também da degradação constante de áreas habitualmente repulsivas, do refrear da emigração e do retorno das ex-colónias. Neste período Gondomar cresceu 51%, a conurbação 33,3% e o Porto apenas 8,8%.

Na pirâmide de 1950 (Fig. 3) o ligeiro atrofiamento dos grupos 55-59 e 60-64 deve traduzir a emigração para o Brasil; a pneumónica e a 1ª Grande Guerra Mundial deixaram marcas nos grupos etários 30-34 e 35-39; o atrofiamento das classes de 5 a 19 resultará por um lado directamente do atrofiamento das classes 30-34 e 35-39 e indirectamente da instabilidade política e económica dos anos 30 a 45.

O ritmo de evolução de 50 para 70 traduz-se por um aumento da percentagem do grupo etário dos 0-14 (32,5% para 34,4%) e de mais de 65 (4,9% para 6%) o que denota perdas no grupo populacional potencialmente activo, por isso, um, aumento da razão de dependência.

Fig. 3 — Estrutura etária do concelho de Gondomar em 1950 e 1970

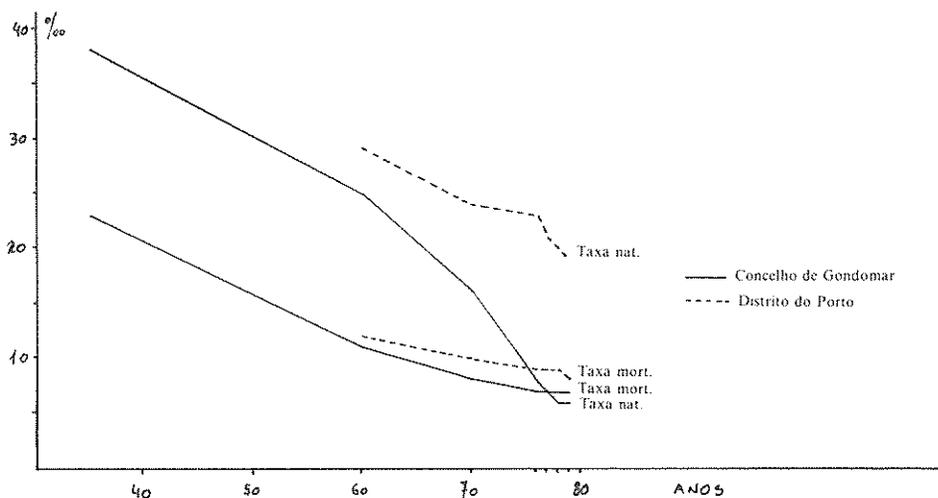


Se, como já fizemos referência, não é visível a emigração mais recente na evolução da população, é agora transparente tal fenómeno na pirâmide de idade (70) pela observação do esvaziamento dos grupos etários de 25-29 e 30-34 e pela redução

no grupo de 0-4, devido à fuga de elementos masculinos em idade de procriar. A redução deste grupo etário é ainda explicada, quiçá em maior grau, pela crescente difusão das práticas de controle da natalidade.

Embora se conheça o enorme peso do saldo migratório (por estimativa no período 61-70 teria sido de 8964 habitantes e 18389 no período 71-79), entendemos que se verifica um erro por excesso. De facto se tivermos em atenção que na Maternidade Júlio Dinis foram internadas em 1978 1604 parturientes e 1651 em 1979 (6) e tendo conhecimento que a orgânica de funcionamento dos hospitais na área metropolitana do Porto remete para este estabelecimento as parturientes do concelho de Gondomar (mesmo sabendo que dos casos apontados nem todos corresponderão a nascimentos ou a nados-vivos) podemos concluir que a taxa de natalidade, de facto, será superior à que consta nas estatísticas demográficas (Fig. 4), já que o registo dos nascidos era feito, até 1982, na freguesia da ocorrência.

Fig. 4 — Variação das taxas de natalidade no distrito do Porto e concelho de Gondomar



Evolução intra-concelhia

Numa perspectiva sincrónica e diacrónica ressaltará, imediatamente, a individualização de dois grupos em que é possível agregar as freguesias do concelho de Gondomar, tomando em atenção os valores absolutos da população e a percentagem de crescimento encontrada para os períodos inter-censitários (Fig. 5). O primeiro seria composto por Fânzeres, Gondomar, Rio Tinto, S. Pedro da Cova e Valbom (a tracejado) com uma população absoluta superior a 11.000 habitantes e um crescimento entre 1864 e 1981 superior a 520%, à excepção de Valbom (356%). O segundo grupo, composto pelas restantes freguesias (a cheio), possui valores absolutos inferiores a 6500 habitantes e uma percentagem de crescimento inferior a 350%, à excepção de Jovim (510%).

O início do século XX verá demarcarem-se, em valores absolutos, as freguesias do alto e do baixo concelho (fig. 6), diferenças que progressivamente se vão acentuando. Entre 1960 e 1981 (fig. 7) o crescimento rondou os 60% no primeiro grupo, sendo destacável o valor atingido em Rio Tinto, 70,6%, enquanto as restantes freguesias (as do segundo grupo) apresentam um crescimento próximo de 30%, exceptuando-se os casos de Lomba que decresceu 18%, de Jovim com valores idênticos aos do primeiro grupo e Valbom com apenas 10%.

Em termos espaciais a observação da fig.7 permite-nos referenciar nas fregue-

sias vizinhas do concelho do Porto os maiores quantitativos populacionais e ainda os mais fortes ritmos de crescimento.

Fig. 5 — Evolução da população nas freguesias do concelho de Gondomar

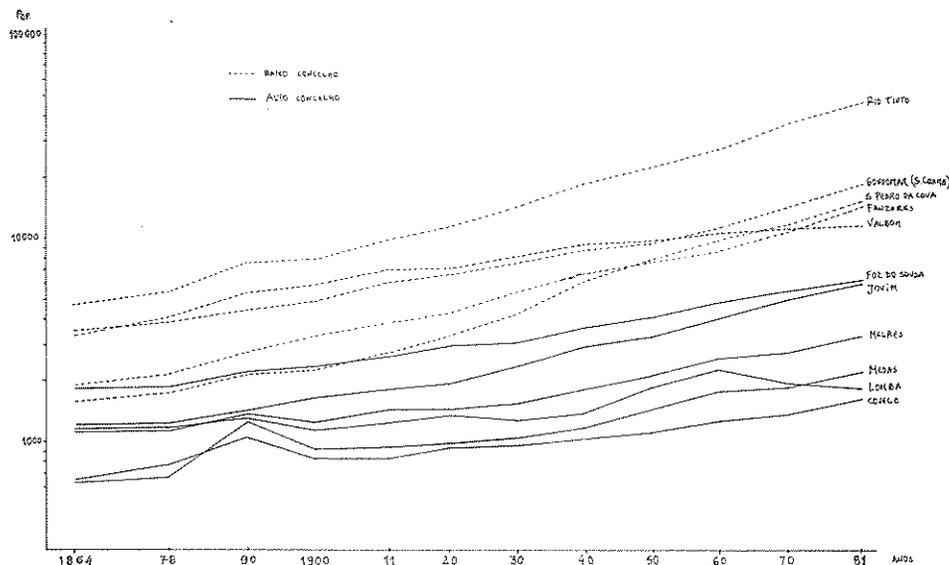


Fig. 6

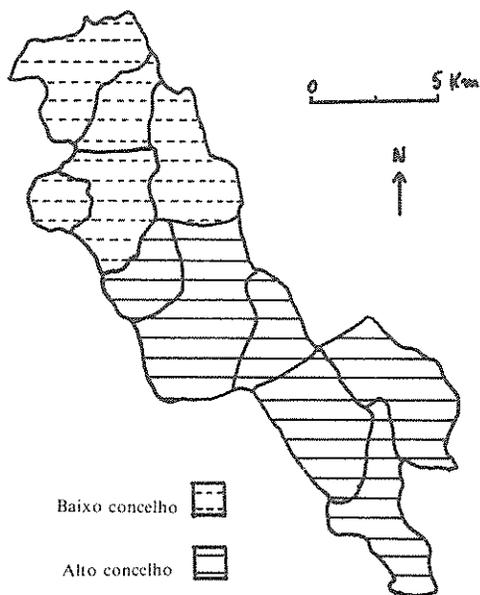
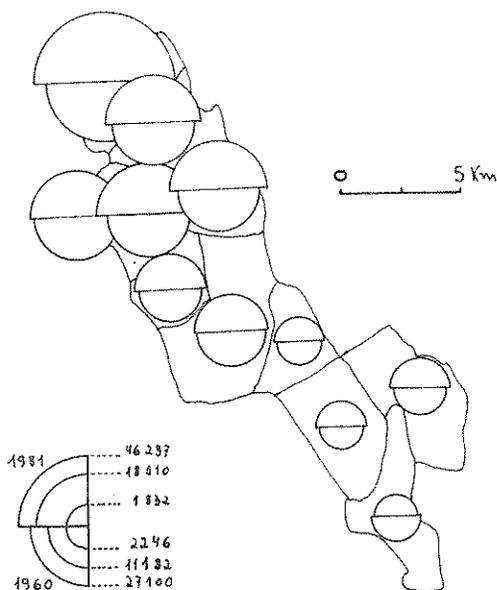


Fig. 7 — Distribuição da população por freguesia nos anos de 1960 e 1981



A FREGUESIA DE GONDOMAR (S. COSME)

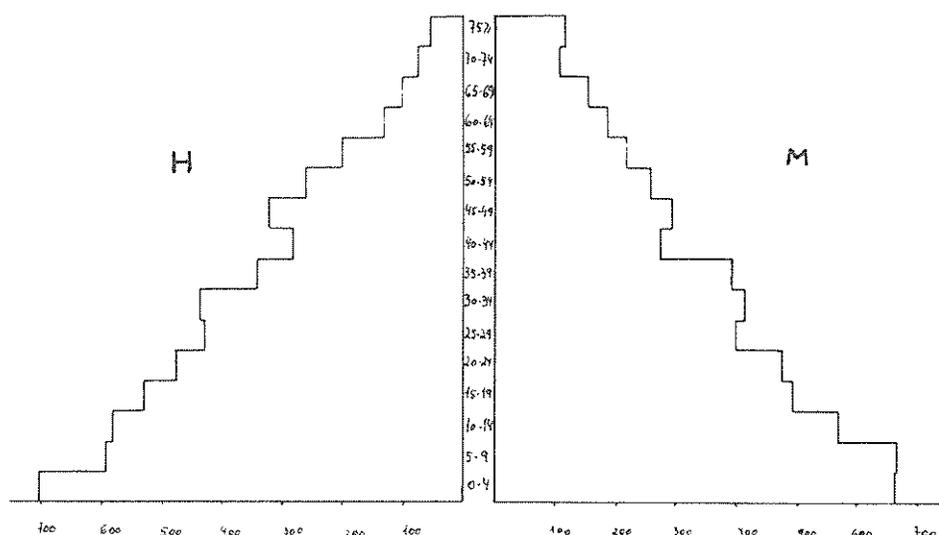
A freguesia apresentou entre 1960 e 1981 um ritmo de crescimento próximo dos 2,8%/ano, embora se possa admitir que a tendência seja a diminuição da natalidade em resultado da crescente divulgação de práticas do controle de nasci-

mentos assim como do previsível desaceleramento do crescimento económico. Mesmo assim é crível que nos próximos anos, dada a forte capacidade atractiva evidenciada, o ritmo de crescimento se mantenha próximo dos valores encontrados para as duas últimas décadas.

São escassos os valores demográficos que respeitam exclusivamente à freguesia de Gondomar e inexistentes para o aglomerado urbano.

Um documento precioso respeita a 1960 e trata-se da pirâmide de idades do «centro urbano» de Gondomar. Por comparação de valores é nítido que o centro urbano definido em 1960 pelo I. N. E. mais não é do que a freguesia. De qualquer forma, porque há um certo equilíbrio entre as percentagens de população por grupos etários na pirâmide da freguesia em 1960 e as encontradas para o concelho em 50 e 70 somos levados a crer que a tendência da freguesia seja idêntica à do concelho, e que aponta para a diminuição dos grupos etários mais jovens (fig. 8), facto apoiado na redução do número de alunos das escolas primárias da freguesia.

Fig. 8 — Estrutura etária do centro urbano de Gondomar



II. MORFOLOGIA URBANA

1. Por razões de natureza diversa, que adiante tentaremos explicitar, a relação entre os espaços construídos (7) e os espaços livres (a grande divisão a fazer numa primeira abordagem a um tecido urbano) longe está de se apresentar uniforme no conjunto da área considerada, se bem não sejam detectáveis concentrações normais de uma grande urbe ou espaços livres próprios do meio rural. A observação da carta aerofotogramétrica de Gondomar (1978, esc. 1/5.000) permite, antes de mais, constatar uma relação de grande força entre as construções e os espaços de circulação (8), formando-se em alguns casos coalescências de dimensão significativa ao longo daquelas ruas ou praças que, vivencialmente, ocupam uma posição mais central.

Da relação espaço construído — espaço livre pode dizer-se que, embora não sejam detectáveis graves assimetrias, são de referenciar núcleos preferenciais de construção, a saber: Quintã (NW) onde os edifícios, coalescentes, envolvem as Praças Manuel Guedes e do Município bem como as ruas adjacentes; Souto (S), de menor densidade de ocupação mas maior representação espacial e Sete Caminhos (E) e Prelada (N), núcleos recentes de densidade média. Unindo estas concentrações

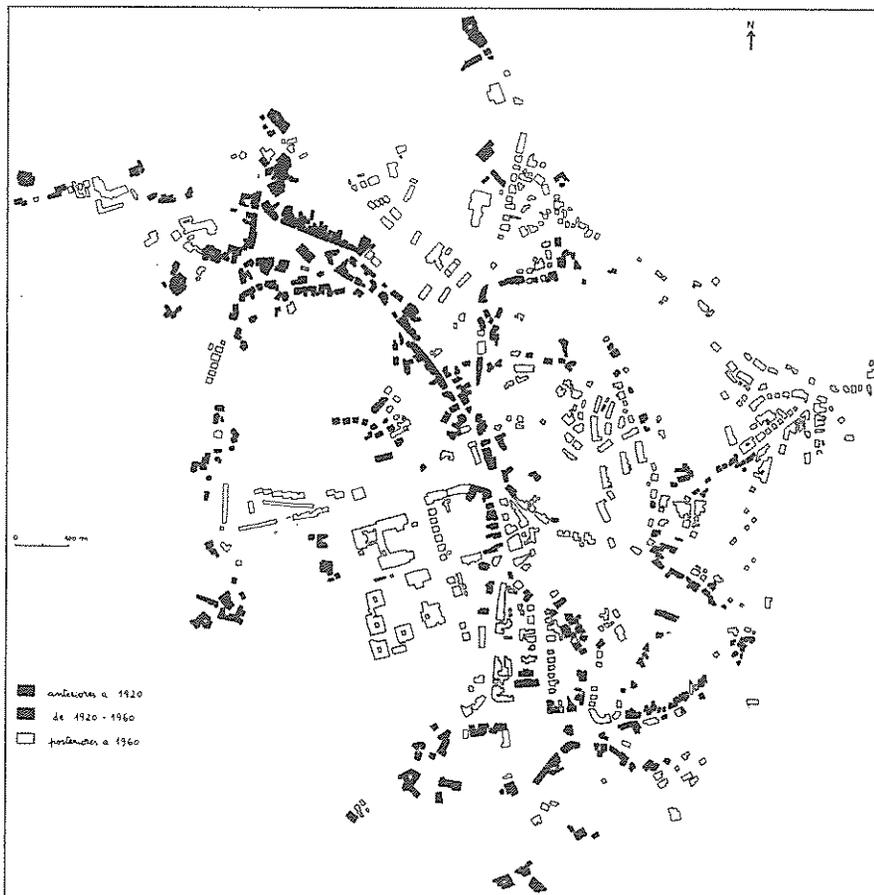
e, muito particularmente a primeira com a segunda, existe toda uma ocupação ao longo das ruas que estruturam o tecido urbano. O plano urbano (9) ainda que denote algum geomorfismo, nega em absoluto soluções ortogonais e revela sobretudo características radio-concêntricas.

A relação percentual entre os diferentes tipos de espaço é, compreensivelmente, de difícil cálculo, mas é digno de realce a existência de uma vasta mancha verde constituída pelo Monte Crasto. Na área considerada o Crasto é único, pela dimensão que alcança, uma vez que aqueles espaços que permanecem vocacionados à agricultura (referimo-nos aos de grande dimensão) foram considerados «afastados» da área que estamos a abordar. Refira-se, ainda, o grande número de pequenos quintais, hortas e jardins privados e públicos que muito contribuem para a não exagerada densidade de construção observável.

No que respeita ao espaço de circulação há que mencionar a grande importância desempenhada pelas ruas 5 de Outubro e 25 de Abril na ligação Quintã-Souto, suporte das ligações do «Alto Concelho» ao Porto, pelas ruas que asseguram a ligação Souto-Fânzeres-Rio Tinto-Porto (de direcção aproximada N-S) e pelas vias que ligam Quintã a Sete Caminhos com prolongamento a S. Pedro da Cova e Valongo(E-W), sendo que as restantes têm tão somente um carácter local e são portanto hierárquicamente inferiores. De modo geral pode-se dizer que as ruas são pouco largas, de traçado pouco geométrico, revelando algumas mesmo (particularmente as mais vetustas) um certo geomorfismo.

MAPA 3: Idade das construções

Fonte — Levantamento utilizado pela hidrotécnica de Portugal (actualizado)



existente em 1920 (carta da idade das construções), que já na altura era notável a importância de Quintã (praticamente toda a Praça Manuel Guedes e Praça do Município se encontravam rodeadas de edificações), do Souto e do conjunto de ruas que unem estes dois núcleos. O povoamento fazia-se ainda ao longo de outras ruas, principalmente no sector oriental da área, observando-se ainda, no limiar do espaço considerado, núcleos rurais de vetustez ineludível. É de realçar que a morfologia algo acidentada, aliada à preservação de alguns solos agrícolas (10) tenha levado à construção em áreas com declives relativamente acentuados, sobretudo na metade oriental (11).

Comparativamente, é reduzido o número de construções edificadas no intervalo de 40 anos compreendido entre 1920 e 1960. Observa-se, na mancha correspondente a esta época, uma clara preferência pelos espaços livres entre prédios existentes, colmatando-se, assim, lacunas nas ruas e praças que tinham já adquirido significativa importância na vida social e económica. Para lá de algumas construções isoladas, edificadas no sector oriental, ressalte-se o aparecimento, nos fins desta época, de novo equipamento educacional constituído pelas escolas primárias do Souto e do Crasto, bem como a «escalada» da vertente Sul do Monte Crasto por habitações unifamiliares.

É considerável, poder-se-á mesmo avaliar em cerca de metade do total, o número de construções datando de 1960 a 1980 (12), sendo diminuto (por força do escasso número de anos de intervalo) o das posteriores a esta data.

Espacialmente, pode dizer-se que se vieram a localizar sobretudo na metade oriental do aglomerado, formando por vezes núcleos praticamente novos como os de sete Caminhos, Taralhão e Calvário, mas rastreiam-se também em grande número na ligação Quintã-Souto, particularmente na parte meridional do troço, o que nos impelirá a considerar que datará desta época o crescimento da importância deste segundo núcleo, relacionado certamente com a chegada do «eléctrico» que até meados do século, ligava apenas Quintã ao Porto, para passar a atingir o Souto, sem passar por Quintã, a partir de meados dos anos 30.

É ainda digno de menção o aparecimento de duas importantes vias puramente residenciais (Av. 25 de Abril, então Alm. Américo Tomaz e R. Bento de Jesus Caraça, então Eng. Frederico Ulrich) e do importante complexo educativo no sector ocidental a Sul do Monte Crasto, constituída pela Escola Secundária de Gondomar (então escola Comercial e Industrial) e Escola preparatória Júlio Dinis. Outra importante iniciativa constituiu, nos fins da década de 70 a implantação de um bairro (Fundo de Fomento da Habitação) a NW da Escola Secundária.

3. Em face da inexistência de valores que nos permitissem aquilatar da volumetria das construções e na impossibilidade de efectuar levantamentos conducentes à obtenção de tais valores, socorremo-nos do levantamento efectuado quanto ao número de pavimentos (posteriormente rectificado e actualizado) para que, de uma forma mitigada, pudéssemos ter uma noção tridimensional do povoamento de Gondomar.

Uma primeira observação da carta do número de pavimentos é desde logo esclarecedora da predominância dos prédios de dois andares no conjunto da área, encontrando-se entre estes tipos de ocupação residencial:

— moradias unifamiliares, dispersas por toda a área, apresentando com frequência ocupação terciária no andar térreo, principalmente junto às praças Manuel Guedes e do Município, ruas 5 de Outubro e 25 de Abril e Largo de Santo António e com características puramente residenciais em outras áreas, nomeadamente na Avenida 25 de Abril e Rua Bento de Jesus Caraça, onde reflectem algum desafogo económico por parte dos seus proprietários;

— blocos polifamiliares, onde é de especial realce o Bairro dos Ourives, sito no lugar do Calvário, pelo número de habitações que o compõe;

— casas agrícolas, particularmente numerosas junto ao limite da área considerada.

De um só pavimento são pequenas casas dispersas por toda a área e que em grande parte têm data de implantação anterior a 1940 e ainda algumas construções recentes de interesse público.

É nas edificações das últimas duas décadas que encontramos a maior quantidade de prédios com maior número de pavimentos, concentrando-se em urbanizações recentes: Urbanização dos Capuchinhos (a Norte da R. dos Combatentes da Grande Guerra) e «Bairro do Fomento» (a ocidente da Praça de Camões) ou, casos mais raros, dispersam-se pela área, em visível contraste com as edificações pré-existentes (entre Largo de Camões e Rua 25 de Abril, Rua de S. Pedro e Rua 25 de Abril).

III. AGRICULTURA

A agricultura periurbana é um fenómeno extremamente complexo, apresentando, em termos puramente visuais, uma grande diversidade: são as fábricas justapostas às explorações agrícolas sempre que uma via de comunicação o permite, e não raro se encontram áreas agricultadas intensivamente enquanto outras o são extensivamente ou se deixam mesmo incultas. Simplificando, poderíamos dizer que a agricultura periurbana é o resultado da confluência e da forte interpenetração entre o espaço rural e o espaço urbano.

1. Um esforço de interpretação e análise leva-nos a referir um primeiro factor, talvez o mais importante, que é a existência de um mercado próximo de grandes dimensões a abastecer.

«A agricultura é a maior e mais antiga fonte de receita deste povo, que nos férteis campos e hortas encontra toda a variedade de legumes e produtos agrícolas e que envia todos os dias para os mercados do Porto, como seja: ervilha, feijão, alhos, batatas, milho, centeio, abóboras, melões, melancias, colombros, nabos, pepinos, tomates, alface, cebolas, couve-flor, repolho, penca, couves, avencas, vagens, tremoços, morangos, flores, etc..»

Oliveira, C., O concelho de Gondomar (Apontamentos Monográficos) vol. IV, Porto, 1934, p. 86.

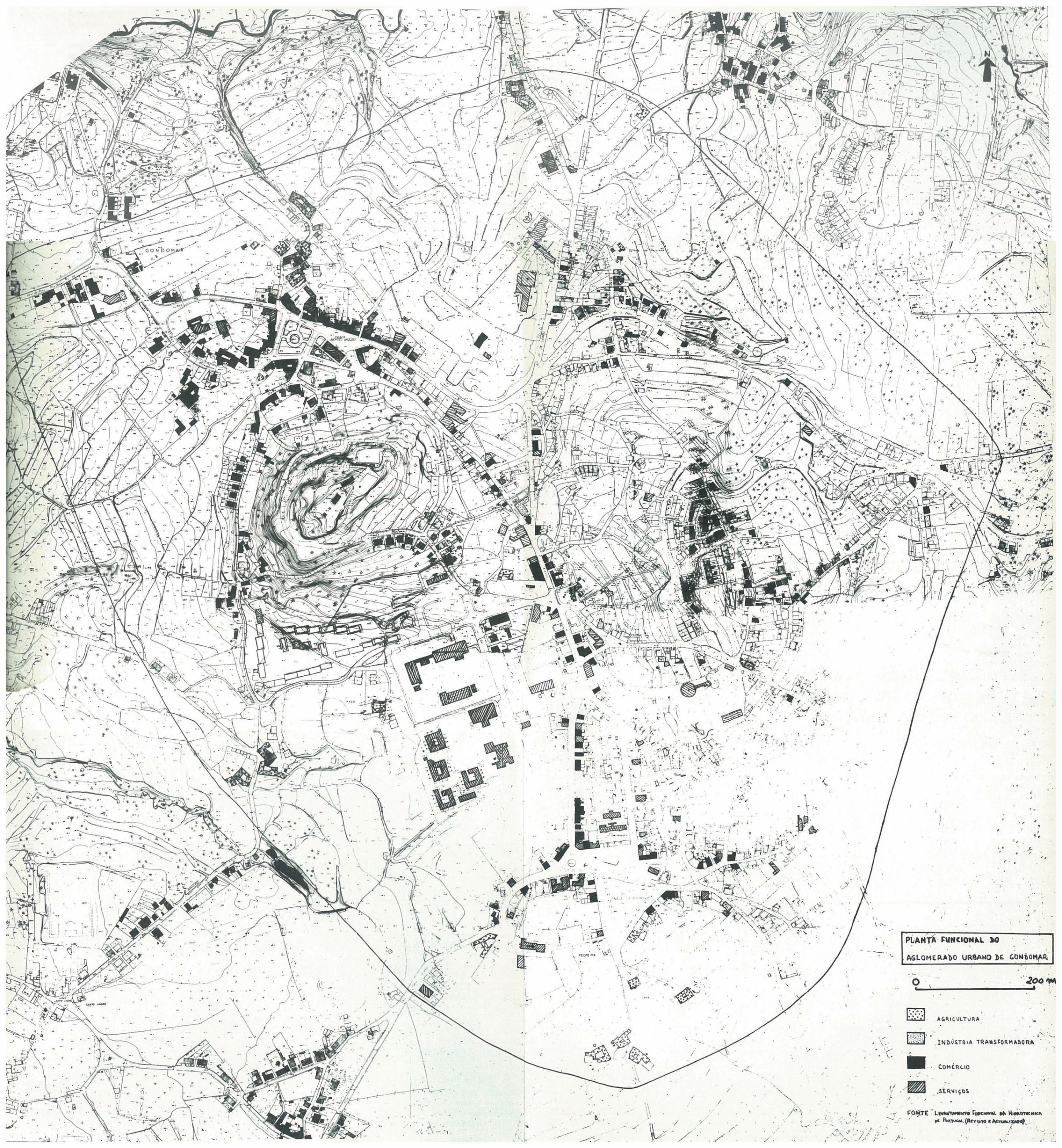
São ainda hoje os produtos mais precívalos (não suportam grandes percursos que os deterioram e lhes oneram o preço final) os de maior importância na agricultura concelhia (13), além do milho e do gado bovino (14).

A proximidade dum importante centro consumidor permite a venda directa dos produtos e um mais fácil acesso à informação (contacto directo com o consumidor, melhor conhecimento das preferências e da flutuação da procura), enquanto que uma suficiente dimensão populacional proporciona o benefício da aglomeração (compra de sementes, adubos, máquinas agrícolas, etc.).

2. Ainda no século XIX deveria o rio Douro assumir um papel importante como via de comunicação e mais de uma dezena de cais existentes na sua margem direita suportavam um intenso tráfego de mercadorias e passageiros que diariamente afluíam ou vinham do Porto.

O papel das vias de comunicação no sentido de conseguir uma ligação rápida e a baixo custo é essencial para a agricultura de tipo periurbano.

«Nas terras circunvizinhas da Vila, onde as vias de comunicação com o Porto estão abertas há anos, a lavoura, no campo como na vinha e no pomar,



**PLANTA FUNCIONAL DO
AGLOMERADO URBANO DE GONDOMAR**

0 200 m

-  AGRICULTURA
-  INDÚSTRIA TRANSFORMADORA
-  COMÉRCIO
-  SERVIÇOS

FONTE: LEVANTAMENTO FUNCIONAL DA HIDROTECNICA DE PORTUGAL (REVISTO E ACTUALIZADO)

desenvolveu-se admiravelmente mercê da fácil colocação no mercado dos seus frutos, e não só isso, como ainda aquele benéfico contacto humano que é um incentivo de primeira ordem.

E, assim, o que se nota nas freguesias do Alto Concelho é um verdadeiro contraste... não há caminhos transitáveis e por isso a população rareia e a lavoura isolada não progride. E a prova de que as estradas exercem vigorosa influência na agricultura, está no quanto de terra bravia se tem tornado em esplêndido campo cerealífero, à margem da nova estrada municipal desta freguesia de Medas.»

Oliveira, C., op. cit. vol. III, pp. 284-285.

Hoje a situação é bem diferente, não só porque o transporte rodoviário (de maior versatilidade, rapidez e com custos terminais reduzidos) suplanta os demais, mas ainda porque um maior adensamento de vias se registou nos últimos anos.

3. Um segundo aspecto, igualmente característico da agricultura periurbana, é o número elevado de activos agrícolas a tempo parcial, bastante mais elevado nos concelhos limítrofes do Porto que nos restantes do distrito.

Constata-se, claramente, pela leitura do quadro 1 o predomínio das explorações agrícolas complementares e não autónomas (para o concelho de Gondomar-84,6%), sendo mesmo de 73,8% o número dos produtores cujos rendimentos de origem não agrícola excedem os agrícolas. O mesmo se regista para a freguesia de S. Cosme, respectivamente, 78,4% e 67,3%. (Quadro 2).

Q. 1 — FONTE DE RENDIMENTO DO PRODUTOR (POR CONCELHO)

CONCELHOS	100% da exploração	%	Mais de 50% da exploração	%	Outras origens	%
AROUCA	1170	28.8	1379	33.9	1520	37.3
AMARANTE	1626	31.3	917	17.7	2657	51.0
RESENDE	742	26.0	638	22.4	1468	51.6
V. N. DE GAIA	268	6.2	574	13.3	3461	80.5
GONDOMAR	432	15.4	302	10.8	2074	73.8

Fonte: Núcleo Estatístico — DREAMS

(Dados provisórios do recenseamento agrícola 1974)

Q. 2 — FONTE DE RENDIMENTO DO PRODUTOR NA FREGUESIA DE GONDOMAR (S. COSME)

S. Cosme	90	21.6	47	11.1	283	67.3
----------	----	------	----	------	-----	------

FONTE: Núcleo Estatístico — D. R. E. D. M.

(Dados provisórios do Recenseamento Agrícola de 1979)

Seguindo a tipologia proposta por Henrique de Barros (15) concluímos do predomínio do operário-agricultor, do reformado-agricultor e ainda do artesão-agricultor.

A possibilidade de exercer, além da agricultura, uma outra actividade (sobretudo a industrial) resulta essencialmente do alargamento da área dos movimentos pendulares (isto em relação ao Porto) e ainda, se bem que em menor medida, da fixação de indústrias no próprio concelho.

Um outro factor, talvez menos importante, mas que contribui igualmente para o número elevado de activos agrícolas a tempo parcial, é o predomínio das pequenas e muito pequenas explorações (quadro 3) que não têm dimensão suficiente para suportar um azegado familiar. Cerca de 61% e 59% das explorações agrícolas, respectivamente, do Concelho de Gondomar e freguesia de S. Cosme, têm menos do que um hectare. É crível que nestes casos se trate, em geral, de produzir para autoconsumo, completando rendimentos de outras actividades não agrícolas. Não raro sucede também que o dirigente da exploração tem uma ocupação exclusivamente agrícola, *mas há que aduzir que os filhos, ou parte deles* têm outras ocupações que permitem equilibrar o «cofre familiar».

Q. 3 — N.º DE EXPLORAÇÕES SEGUNDO A SUPERFÍCIE EM GONDOMAR

ÁREA	0.25 a 0.5 ha		0.5 a 1 ha		1 a 2 ha		2 a 4 ha		4 a 10 ha		10 a 20 ha		20 a 50 ha		50 a 100 ha		mais de 100 ha	
		%		%		%		%		%		%		%		%		%
CONCELHO	1252	44.7	455	16.2	347	12.3	350	12.4	265	9.4	109	3.9	24	0.85	5	0.17	1	0.03
FREGUESIA	194	46.1	55	13.0	42	10.0	61	14.5	50	11.9	13	3.1	4	0.9	1	0.2	—	—

FONTE: Núcleo Estatístico — D.R.E.D.M. (Dados provisórios do Recenseamento Agrícola de 1979)

A diversidade de rendimentos é, inegavelmente, vantajosa para o agricultor. É necessário, no entanto, acrescentar que a falta de tempo necessário para acompanhar convenientemente o ciclo produtivo, a exiguidade da exploração e às vezes o carácter não prioritário, leva a que os investimentos não sejam concebidos a longo prazo, quedando-se pelo imediatismo. É também compreensível que o agricultor não sinta necessidade dum actualização e formação técnica adequadas, se atendermos ainda ao facto, de que na freguesia e concelho de Gondomar os activos agrícolas com mais de 55 anos serem de, respectivamente, cerca de 50% e 40% (quadros 4 e 5).

Um dos critérios que nos levou a delimitar a área de estudo, já o dissemos, foi o surgimento dum extensa área essencialmente agrícola envolvendo o aglomerado urbano de Gondomar. A dispersão do povoamento para lá dos limites que fixamos contrasta nitidamente com o aspecto compacto intralimites.

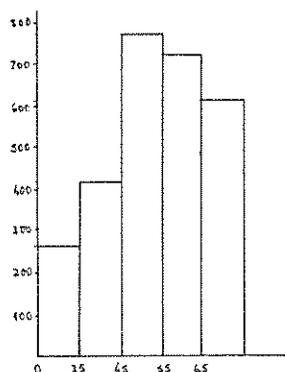
Verifica-se uma clara sintonia entre a aptidão agrícola dos solos (Cf. carta do SROA) e a distribuição das casas agrícolas que, grosso modo, formam um aro abrangendo as áreas a norte, a oeste e a sul. Os declives mais acentuados no sector leste, a que se associa o predomínio de solos de tipo F, parecem explicar o rarear das casas agrícolas. Alguma agricultura no coração do tecido urbanizado, manifestamente residual, limita-se a pequenas hortas senão mesmo a exíguos quintais.

Uma referência diacrónica à evolução da mancha construída em relação à área envolvente, leva-nos, inevitavelmente, ao processo de competição entre as diferentes afectações na conquista ou preservação do suporte de todas as actividades: o solo.

Estudos realizados no âmbito da OCDE (16) em diversos países europeus apontam para que, à medida que cresce a aglomeração urbana, se registre uma diminuição do investimento agrícola na área contígua, enquanto que nas restantes (porque já mais distantes da mancha construída e/ou porque existem garantias da manutenção da afectação agrícola), os investimentos são maiores. Em geral, para o primeiro caso, espera-se que os dividendos venham depois da venda do terreno para construção.

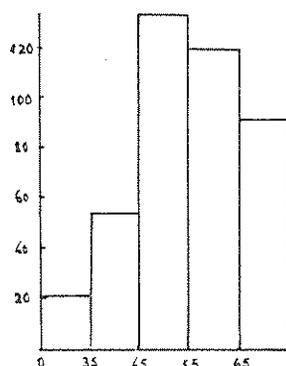
É sabido (as excepções são raríssimas) que o solo que se destina à construção tem um valor monetário bastante superior ao que se destina exclusivamente à agricultura, no entanto, os bons solos agrícolas são limitados (17) e por isso se deseja a sua protecção (18).

Q. 4 — ESTRUTURA ETÁRIA DOS ACTIVOS AGRÍCOLAS DO CONCELHO DE GONDOMAR



Idade	N.º	%
35	263	7.9
35/44	419	12.6
45/54	774	23.3
55/64	727	21.9
65	611	18.4

Q. 5 — ESTRUTURA ETÁRIA DOS ACTIVOS AGRÍCOLAS NA FREGUESIA DE GONDOMAR (S. COSME)



Idade	N.º	%
35	21	5.0
35/44	54	12.9
45/54	133	31.8
55/64	119	28.4
65	91	21.8

FONTE: Núcleo Estatístico — D.R.E.D.M.

(Dados Provisórios do Recenseamento Agrícola de 1979)

IV. INDUSTRIA TRANSFORMADORA

O trabalho industrial, como componente principal da pluriactividade dos activos agrícolas foi já, em linhas gerais, abordado no capítulo anterior. Importa agora uma referência específica a este sector. Não possuímos dados a nível de freguesia e é por isso que apenas faremos referência a valores para o total do concelho (INE) e ao levantamento funcional (expresso no cartograma funcional A) que por nós foi revisto e actualizado e que se circunscreve à nossa área de estudo.

O concelho

O concelho de Gondomar (19) tinha um total de 1277 empresas, tendo 997 menos de 5 trabalhadores e 300 mais de 5.

Sete ramos de indústria (Quadro 6) representam, respectivamente, 93,6% e 88,4% do total das empresas com menos e mais de 5 trabalhadores. Infere-se facilmente o considerável peso das pequenas empresas e ainda o predomínio claro de três ramos de indústria: a fabricação de jóias, o mobiliário e a fabricação de produtos metálicos. Seleccionando-as agora no quadro 7 verificamos que são as empresas ligadas à ourivesaria as que predominam entre as que possuíam menos de 5 trabalhadores, enquanto que nas com mais de 5 já o predomínio pertence às do mobiliário.

Q. 6 — N.º DE EMPRESAS POR RAMOS DE INDÚSTRIA
COM MENOS E MAIS DE CINCO TRABALHADORES

Ramos de Indústria	Menos de 5 Trabalhadores	%	Mais de 5 Trabalhadores	%
Alimentares e Bebidas	27	2.8	32	10.6
Têxteis	28	2.9	19	6.3
Vestuário	29	3.0	9	3.0
Artefactos de Madeira	49	5.0	20	6.6
Mobiliário	238	24.3	79	26.3
Produtos Metálicos	121	12.3	41	13.6
Jóias e Art. de Our.	425	43.5	66	22.0

FONTE: INE, Recenseamento Industrial de 1972

Q. 7 — RAMOS DE INDÚSTRIA PREDOMINANTES NO CONCELHO DE GONDOMAR

Ramos da Indústria	Empresas com menos de 5 trabalhadores	%
Jóias e Artigos de Ourivesaria	425	43.5
Mobiliário	238	24.3
Produtos Metálicos	121	12.3

Ramos da Indústria	Empresas com mais de 5 trabalhadores	%
Mobiliário	79	26.3
Jóias e Artigos de Ourivesaria	66	22.0
Produtos Metálicos	41	13.6

Trata-se, no conjunto, de ramos de indústria tradicionais, com uma forte componente de trabalho intensivo e ligadas de forma estreita à tradição familiar que transmite o «savoir faire» na arte de trabalhar os metais preciosos e a madeira. Basta recuar uma centena de anos e verificamos que são os mesmos ramos de indústria predominantes. Camilo de Oliveira, baseando-se no relatório apresentado pela subcomissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriais do distrito do Porto em 1881 (20), refere:

«O maior cuidado que o relatório dedica é à ourivesaria, afirmando que são os concelhos de Gaia e Gondomar os que se ocupam nesta indústria local e histórica.

Em todo o caso, acrescenta que o «foco industrial desta espécie é Gondomar». Todo o concelho, à excepção das freguesias serranas, possui mais ou menos oficinas onde trabalham operários hospedados e alimentados pelos patrões, ou oficiais que trabalham domesticamente por tarefa e por conta dos mestres de oficiais. Eis aqui um registo das oficinas por freguesias:

FREGUESIAS	Of.	Op.
S. Cosme	40	150
Valbom	30	120
Rio Tinto	6	50
Jovim	4	14
S. Pedro da Cova	7	25
Fânzeres	8	15

TOTAIS 95 374

... As maiores oficinas ocupam de 8 a 10 pessoas, mas desta há apenas 3 em S. Cosme», e ainda

«A marcenaria... está localizada principalmente em

FREGUESIAS	Of.	Op.
S. Cosme	2	6
Fânzeres	10	30

TOTAIS 47 156

... além disto, há uma oficina de torneiro com operários e 4 de entalhador com 11».

O Concelho de Gondomar
(Apontamentos Monográficos)
Vol. IV, Porto, 2ª. ed. 1979,
pp. 112-115

Análise a nível do aglomerado urbano

Em relação à área que delimitamos registam-se 26 empresas (cartograma funcional A), mantendo-se o predomínio dos três ramos que anteriormente referimos (21 empresas). As restantes são alimentares, artes gráficas e edições de publicações e de fabrico de malhas.

O padrão de distribuição das empresas sugere uma orientação ao longo das principais vias de comunicação, diluindo-se «desordenadamente» no seio do tecido urbano. Não admira que isto suceda, já que se trata de pequenas empresas e de indústrias que não têm necessidade de espaços consideráveis. Ocupam o rés-do-chão dos edifícios, anexos de habitações ou mesmo, como no caso da ourivesaria, uma dependência da própria habitação.

V. SECTOR TERCIÁRIO

Na apresentação do sector terciário vamos pautar a nossa reflexão por dois vectores que consideramos essenciais: o primeiro é a ocorrência das funções centrais (21) e o respectivo número de unidades funcionais (22), o segundo é o padrão de distribuição dos comércios e serviços.

Se a distinção entre comércio grossista e retalhista é clara, não oferecendo quaisquer dúvidas à individualização das unidades funcionais pertencentes a cada um dos tipos, bem mais complexo é o estabelecer diferentes grupos dentro do comércio a retalho, empreendimento indispensável a uma melhor compreensão do espaço urbano face à diversidade da oferta. Pela inexistência e impossibilidade de obtenção de dados referentes à frequência de aquisição, preço dos produtos, sua durabilidade e outros indicadores igualmente pertinentes ao estabelecimento de nexos conducentes à definição de diferentes grupos de unidades funcionais, dividimos, com as bases possíveis e as reservas necessárias, o comércio a retalho naquilo que entendemos por tipos «diário» e «não diário». Esta singela subdivisão baseia-se, em parte, na inventariação do número de unidades funcionais e, fundamentalmente, no conhecimento dos princípios teóricos gerais de cada uma delas.

1. No aglomerado urbano de Gondomar registamos a existência de 73 funções centrais (Q. 8). Consideramos, além do sector privado, as actividades de carácter administrativo do Estado e ainda os diferentes graus de ensino (público e privado) e a saúde. Neste último caso consideramos apenas duas funções centrais, actividade médica privada e serviços de saúde tutelados pelo Estado.

Ordenamos as funções centrais pelo número de unidades funcionais contabilizadas, a f. c. mercearia (nº. 1) tem 14 unidades funcionais, tendo 42 f. c. apenas uma unidade funcional (fig. 9). Algumas f. c. de tipo diário (23) têm um número de unidades funcionais semelhante ao das f. c. de tipo ocasional. Enquanto para as primeiras a área de mercado se limita ao próprio aglomerado, já para as segundas isso não sucede.

QUADRO 8 — NÚMERO DE UNIDADES FUNCIONAIS EM CADA FUNÇÃO CENTRAL

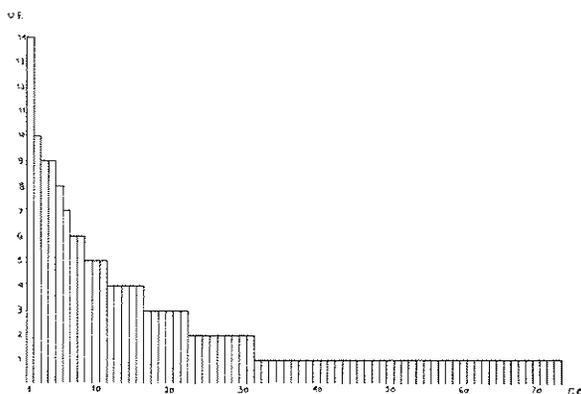
N.º DE ORDEM	FUNÇÃO CENTRAL	N.º UNIDADES FUNCIONAIS
1	mercearia *	14
2	consultório médico	10
3	electrodomésticos (venda) °	9
4	café °	9
5	loja de vestuário *	8
6	rep. automóveis e aces. auto	7
7	loja de móveis *	6
8	sede de partido político	6
9	barbearia	5
10	restaurante *	5
11	assoc. cultural e recreativa	5
12	banco (agência)	4
13	advogado (escritório de)	4
14	fotógrafo °	4
15	talho °	4
16	taberna °	4

17	escola primária	3
18	serviços médicos (públicos)	3
19	alfaiate *	3
20	farmácia	3
21	stand de automóveis *	3
22	supermercado *	3
23	grossista de produtos alimentares	2
24	loja de louças *	2
25	máquinas agrícolas (venda) *	2
26	quiosque *	2
27	sapateiro	2
28	rações para animais (venda)	2
29	infantário	2
30	escola preparatória	2
31	escola secundária	2
32	câmara municipal	1
33	bombeiros	1
34	artigos de desporto *	1
35	materiais de construção *	1
36	cinema *	1
37	máquinas de costura *	1
38	mármore (venda) *	1
39	lacticínios *	1
40	drogaria *	1
41	estação de serviço *	1
42	registo predial	1
43	TLP	1
44	lar de terceira idade	1
45	notário	1
46	caixa de previdência	1
47	empresa de camionagem	1
48	serviços e electricidade	1
49	padaria *	1
50	SMAS	1
51	tinturaria *	1
52	papelaria *	1
53	picheleiro	1
54	procuradoria	1
55	PSP	1
56	oculista *	1
57	junta de freguesia	1
58	livraria *	1
59	lavandaria *	1
60	«grémio da lavoura»	1
61	escritório de contabilidade	1
62	loja de malhas *	1
63	decorações *	1
64	contrastaria	1
65	churrascaria *	1
66	chapeiro	1
67	cabeleireiro *	1
68	agência de turismo *	1
69	agência funerária *	1
70	agência imobiliária	1
71	grossista de ourivesaria	1
72	agência de seguros	1
73	táxi	1

A explicação da ocorrência das f. c. no aglomerado urbano de Gondomar deve ser entendida como resultante, fundamentalmente, do facto de a freguesia de Gondomar ser sede de concelho, da existência de uma certa especialização do sector terciário e, por último, da proximidade face à cidade do Porto.

O primeiro factor explica a ocorrência das f. c. ligadas ao município e às actividades por este induzidas (mais adiante analisaremos esta questão com algum pormenor).

Fig. 9 N.º de unidades funcionais de cada função central



A elevada ocorrência das f. c. de tipo ocasional a par da detectável especialização em algum comércio a retalho (por exemplo f. c. 39) deve ser entendida e explicada não só pela população do próprio aglomerado, mas também pela dos núcleos populacionais vizinhos, sobretudo os do Alto Concelho. A área de mercado excede nestes casos o aglomerado, a exemplo dos consultórios médicos e do comércio de electrodomésticos, sendo este facto ainda mais evidente para as f. c. de tipo raro como no caso dos stands de automóveis. As freguesias de Rio Tinto, Fanzêres, Valbom (Baixo Concelho) relacionam-se, para este tipo de comércio e serviços, mais com a cidade do Porto do que com o aglomerado urbano de Gondomar. O facto de neste existirem 4 das 7 dependências bancárias de todo o concelho e sabendo ainda que as restantes se situam precisamente em Fanzêres, Rio Tinto e Valbom, parece confirmar de algum modo, o raciocínio que avançamos.

A especialização manifesta-se ainda claramente nas f. c. de apoio à agricultura (cf. cap. Agricultura), demonstrando assim o seu peso económico que transparece na ocorrência da venda de máquinas agrícolas, rações para animais, etc.. Já em relação ao ensino secundário se percepção uma área de influência superior ao aglomerado, o mesmo sucedendo para alguns serviços públicos de saúde (SLAT e Centro de Saúde) que no Concelho apenas ocorrem no aglomerado de Gondomar.

A proximidade em relação à cidade do Porto explica a não ocorrência de f. c. com maior grau de especialização (24) (livrarias especializadas, boutiques de modelos exclusivos, etc.) já que a população do concelho de Gondomar aí se desloca para a aquisição destes bens e serviços, adquirindo também, por uma questão de economia de tempo em estreita relação com os movimentos pendulares, outros de tipos diário e ocasional.

A presença da cidade do Porto manifesta a sua influência não só no emprego como ainda, tal como acima referimos, na oferta de bens de tipo raro e serviços públicos a exemplo do ensino universitário e da saúde (25). Detecta-se para o aglomerado urbano de Gondomar a fraca representatividade do comércio grossista que, aparentemente, não obedece na sua implantação a um padrão passível de diferenciar do das restantes actividades comerciais.

É visível também uma certa alternância entre os comércios a retalho dos tipos diário e não diário, sem que se possa constatar concentrações significativas de unidades funcionais de um só destes tipos. É imediata, ainda, a percepção de uma

grande concentração comercial orientada pelas vias que unem Quintã ao Souto, funcionando estes núcleos como locais preferenciais do estabelecimento deste conjunto de actividades. Por último, salienta-se o reduzido número de unidades funcionais sitas fora do «eixo» comercial, pertencentes ao comércio a retalho do tipo diário, daí a ampla dispersão de supermercados e/ou mercearias, cafés e outros estabelecimentos que encontram a sua justificação, quase exclusivamente, na população residente no aglomerado, enquanto que, prontos-a-vestir e comércios de electrodomésticos, por exemplo, tendem já a concentrar-se junto ao Souto.

A feira semanal de S. Cosme de Gondomar explicará também em grande parte a importância do Souto como núcleo de serviços alicerçada ainda na proximidade da Igreja Matriz e da Junta de Freguesia. Aí se constatam actividades cuja localização se explicará não só pelo apoio directo aos residentes mas, também, pelas razões atrás apontadas e que fazem do Souto um ponto de forte acessibilidade para as populações do Alto Concelho.

Genericamente observa-se que o Souto, Quintã, e, em menor grau, as vias que unem estes dois centros gozam de uma posição privilegiada. Quintã, em particular, merece destaque na medida em que aí que se reúnem os Serviços Públicos ligados com o papel de Sede de Concelho (Câmara Municipal, Repartição de Finanças, Registo Civil, Registo Predial e Notariado), para aí atraindo outros serviços de algum modo a estes ligados (Agência de Contribuinte, Banca, Seguros, escritórios de Advogados e Arquitectos, sedes de empresas imobiliárias, Partidos Políticos, etc.) e que se sentem ainda atraídos pelo prestígio que a área encerra. Quintã, poder-se-á dizer, é o centro do Poder, o centro de decisão.

Pela área que ocupa, o mais importante grupo de actividades é o correspondente à educação, representado pelas Escolas Primárias do Souto e do Crasto, Preparatória de Júlio Dinis e Secundária de Gondomar (na Avenida 25 de Abril), bem como ainda, a Norte, pelo Externato Liceal Paulo VI (privado).

ÁREAS DE EXPANSÃO PREFERENCIAL

O objectivo fundamental deste texto é a determinação das linhas gerais que devem orientar o desenvolvimento de novas áreas residenciais no aglomerado urbano de Gondomar.

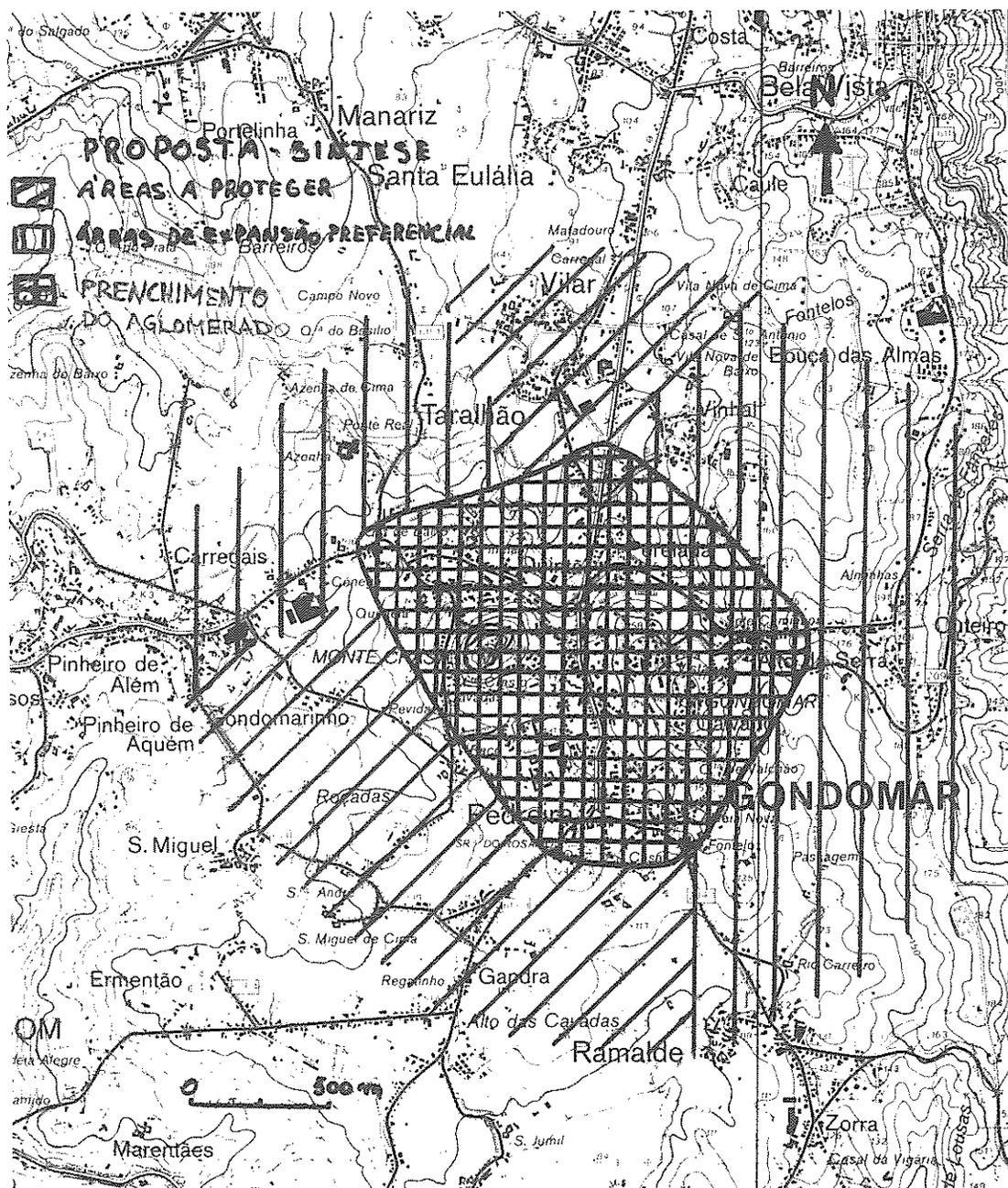
A residência prende-se, naturalmente, com a actividade profissional. A não coincidência em termos espaciais gera fluxos diários que a rapidez dos transportes hoje permite que se realizem a distâncias consideráveis, mas cujos suportes (estradas, caminhos de ferro, etc.) apresentam custos elevados. Prende-se ainda com os equipamentos sociais que devem ser dimensionados de molde a que não se assista quer à sub ou sobreutilização. Reside aqui a razão de ser e a utilidade da previsão.

Os ritmos de crescimento populacional, a partir da década de 60, enquanto se atenuam para a cidade do Porto, acentuam-se (já tivemos oportunidade de o referir), por sua vez, para os concelhos limítrofes, não constituindo o aglomerado urbano de Gondomar excepção.

Os Municípios são responsáveis, na esfera das suas competências, pela gestão dos recursos disponíveis. Trata-se de perseguir a minimização dos custos e a maximização dos benefícios, por razões que se prendem com a procura do equilíbrio possível no que respeita à qualidade de vida, à protecção do ambiente, à preservação do património artístico e cultural e à promoção socioeconómica das populações.

É o Plano Director Municipal (26) que consubstancia os parâmetros acima avançados e que permite ao Município e aos Municípios orientar prospectivamente as linhas mestras do desenvolvimento.

O aglomerado urbano de Gondomar desenvolveu-se no sopé do monte Crasto (Quintã) num sítio periférico aos melhores solos agrícolas e a curta distância destes, como sempre foi característico do povoamento em Portugal.



A evolução, até à década de 60, foi relativamente lenta e caracterizada pelo preenchimento da ligação Quintã-Souto (a realização da feira neste lugar foi um factor determinante). Recentemente assistiu-se a uma rápida colmatção das áreas a Este e a Oeste do referido eixo. Estas recentes tendências de evolução nem sempre têm atendido à protecção dos solos agrícolas, à preservação de Coeficientes de Ocupação do Solo pré-existent (que tendem a aumentar) e parecem ainda indicar movimentos centrífugos no sentido da dispersão, mesmo em casos em que a aliciente existência de uma estrada se não verifica. Não é fácil corrigir este tipo de distorções,

uma vez consumadas, resta minorar as carências (abastecimento de água, energia, etc.) e evitar o alastramento.

Para a definição das áreas de expansão preferenciais, (que definem igualmente, por exclusão, áreas prioritárias de protecção) consideremos duas grandes unidades espaciais que merecem tratamento distinto (Mapa 6).

1. Aglomerado Urbano de Gondomar

Proposta - preenchimento de algumas áreas livres no eixo Quintã-Souto e periféricas a este, desde que se respeitem volumetrias que não elevem o Coeficiente de Ocupação do Solo (27) para níveis não aceitáveis.

São fundamentos:

- a) utilização de infraestruturas pré-existentes (rede de abastecimento de água, energia eléctrica, vias de comunicação, etc.) já que, como é sabido, a dispersão do povoamento acarreta custos necessariamente mais elevados;
- b) minimização das distâncias a percorrer pelas populações na procura de bens e serviços já existentes no aglomerado urbano de Gondomar;
- c) maximização do equipamento social existente (Escola Secundária, Serviços de Saúde, etc.) e, porventura, a obtenção de um patamar de população que justifique equipamento público não existente e ainda a oferta de bens e serviços de tipo raro, o que beneficiaria o aglomerado urbano de Gondomar e sobretudo as freguesias do Alto Concelho;
- d) esta «descentralização» do equipamento social e a oferta de bens e serviços de tipo raro permitiria reduzir a influência do concelho do Porto e, conseqüentemente atenuar os fluxos gerados pelos movimentos pendulares (isto se existir oferta de emprego, factor preponderante neste tipo de deslocações);
- e) possibilitar uma maior interacção no que respeita à informação e o fomentar dum «sentimento local» que se repercute, em geral, numa maior preocupação das populações pela preservação do seu património cultural e artístico e se reflecte ainda no fomentar da actividade cultural e recreativa.

2. Áreas situadas a Este (NE, E e SE dos Sete Caminhos) e a Noroeste do Aglomerado Urbano de Gondomar (28) proposta — orientação preferencial da expansão para estas áreas.

São fundamentos:

- a) a fraca aptidão dos solos destas áreas, predominando por ordem de extensão, os solos do tipo F,C + F e A + C (29);
- b) a existência de declives não limitantes já que predominam os compreendidos entre 8 e 25% e são muito raros os superiores a 25%;
- c) a proximidade em relação ao eixo Quintã — Souto, o que permite pensar na utilização de equipamento social e dos bens e serviços de tipo raro e ocasional que aí predominam;
- d) o facto de nas últimas décadas algumas construções já para ai se dirigirem, possibilitando ainda que arruamentos «secundários» sejam facilmente conectáveis às vias existentes;
- e) o mesmo que foi avançado para a al. e) do 1.º ponto.

NOTAS

1) O presente trabalho é uma síntese do realizado no âmbito do Seminário de Introdução ao Urbanismo, dirigido pelo Prof. Arquitecto Duarte Castel-Branco, do Curso de Mestrado em Geografia Humana, da Universidade de Coimbra. Só foi possível mediante o apoio prestado pela Câmara Municipal de Gondomar, particularmente através dos seus serviços de Urbanismo.

2) Rebelo, Fernando; Serras de Valongo, Estudo de Geomorfologia, Biblos, Coimbra, 1975.

3) Cf. carta 2 (delimitação do aglomerado urbano de Gondomar).

4) Não podem aqui ser reproduzidas as cartas do número de pavimentos e três cartogramas funcionais na esc. 1/2000, que foram elaboradas a cor.

5) Marques, H.; Martins, L.; Fernandes, J. — Algumas notas sobre o conceito de cidade e a problemática da delimitação espacial; pol.; Porto, 1983.

6) Sistema de saúde para a área metropolitana do Porto — uma proposta para 1990, GPS, AMP, Porto, 1982.

7) «Podem-se considerar elementos constituintes do espaço construído todas as edificações, qualquer que seja a finalidade ou finalidades para que foram construídas, mas que possuam cobertura»; Pereira de Oliveira, J. M., «O Espaço Urbano do Porto, 1972, p. 362.

8) «São espaços de circulação todos os espaços cuja finalidade é a do trânsito de pessoas e coisas, com carácter permanente, mesmo que particulares, mas exteriores ao espaço de construção»; Pereira de Oliveira, J. M., op. cit., p. 346.

9) Projecção horizontal da distribuição espacial dos diferentes tipos de ocupação do solo.

10) Ver carta de aptidão agrícola do solo (Mapa 4).

11) Ver carta de declives (Mapa 5)

12) Cf. Capítulo da demografia.

13) A produção de legumes caracteriza-se por fortes inputs de mão-de-obra e por elevados rendimentos por hectare, embora, na generalidade, com baixa produtividade.

14) É preciso, no entanto, acrescentar que a abundância de água e o facto dos solos, nas áreas de declive menos acentuado, serem bastante férteis, possibilita bons resultados no que respeita à horticultura e à produção de forragens ou de grão.

O concelho, apesar de pertencer à Região Demarcada dos Vinhos Verdes, não demonstra aptidões específicas para a viticultura. A presença de água no solo é muito elevada e a riqueza desta não aconselha a vinha que prefere solos mais pobres e pelo menos não inundáveis. Exceptua-se, como é evidente, uma ou outra área melhor exposta, menos rica, com solos pouco profundos, ou seja, as de declive médio ou mesmo mais acentuado.

15) Os Grandes Sistemas de Organização da Economia Agrícola, Cap. VIII; Lisboa, 1975.

16) OCDE, L'Agriculture dans l'aménagement des aires peri-urbaines, 1979.

17) O concelho de Gondomar, em relação aos da conurbação, é o que tem menor percentagem (28,4%) de solos A, V. N. de Gaia tem 57,1% e Matosinhos e Maia têm, respectivamente, 92,6% e 78,5%. Ainda em Gondomar os solos F abrangem 8524 ha, ou seja 62% do total. (Superfícies de solos segundo a sua aptidão agrícola-SROA).

18) O problema é sobretudo económico já que se sabe que um solo de menor qualidade necessita de inputs superiores a um de maior qualidade, admitindo que podem produzir o mesmo.

19) INE, Recenseamento Industrial de 1972.

20) É o inquérito industrial de 1881, que para o distrito do Porto considerou como indústria toda a actividade de carácter artesanal ou caseira do sector secundário «... a comissão portuense apresentou dados bastante completos sobre a indústria caseira, mas revelou-se caso único».

Silva, L. e Garcia, J. O. Inq. Ind. de 1881, Finisterra nº 32.

21) «Actividade realizada pelo indivíduo ou pela unidade empresarial que fornece bens centrais», Gaspar, J., A Área de Influência de Évora, 1ª ed. p. 52.

22) «Cada unidade de uma função central», Gaspar, J., op. cit. p. 52.

23) De aquisição frequente. Em princípio as populações não estão dispostas a percorrer grandes distâncias para adquirir este tipo de bens e serviços.

24) Bens e serviços de aquisição muito pouco frequente e que exigem um patamar de população muito mais elevado.

25) O concelho de Gondomar é servido sobretudo pelo Hospital de S. João (9,91% do total de internamentos em 1979) e a maternidade Júlio Dinis (24,71% do total de internamentos em 1979), CCRN.

26) Encontra-se em elaboração para o concelho de Gondomar.

27) Baseamo-nos na grelha proposta por Duarte Castel-Branco inserida na obra «Urbanização, Sobrevivência, Contradição».

28) Não temos a pretensão de defini-las rigorosamente, para isso seria necessário uma análise de pormenor, o que ultrapassa o âmbito deste estudo.

29) A fundamentação encontra-se exposta no capítulo referente à agricultura.

BIBLIOGRAFIA

- Barros, Henrique — Os grandes sistemas de organização da economia agrícola; Lisboa, 1975
- Castel-Branco, D. — Urbanização, Sobrevivência, Contradição; Porto, 1972
- Castel-Branco, D. — Antepiano de urbanização do Rossio ao Sul do Tejo; Lisboa, 1966
- Gaspar, Jorge — A área de influência de Évora; Lisboa, 1972
- Marques, H.; Martins, L.; Fernandes, J. — Algumas notas sobre o conceito de cidade e a problemática da delimitação espacial; pol.; Porto, 1983
- O. C. D. E. — L'agriculture dans l'aménagement des aires péri-urbaines; 1979
- Oliveira, Camilo — O concelho de Gondomar, apontamentos monográficos; (vol. 1 a 4); Porto, 2.ª ed. 1973
- Oliveira, J. M. Pereira — O espaço urbano do Porto; Coimbra, 1973
- Rebelo, Fernando — Serras de Valongo, Estudo de geomorfologia; Coimbra, 1975
- Rebelo, Fernando — Cartas de declives, análise de alguns exemplos portugueses; Coimbra, 1976
- S. R. O. A. — Superfícies de solos segundo a sua aptidão agrícola; Lisboa, 1959

